

PARECER JURÍDICO N.º 60/2020

**REF.: SID. 16.413.413-0 – LICITAÇÃO MODO
DE DISPUTA FECHADO – MDF Nº 39/2018 –
CONTRATAÇÃO DE EXECUÇÃO DE OBRA -
MUNICÍPIO DE FLORAÍ /PR- RECURSO -
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.**

Solicita o Diretor Presidente manifestação acerca do recurso interposto, em 18/02/2020, pela empresa H3 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-ME contra a decisão de inabilitação na licitação pelo Modo de Disputa Fechado – MDF nº 39/2018, realizado pela COHAPAR.

Aberto o prazo nenhum licitante apresentou de contrarrazões.

Para tanto, o processo vem instruído com os seguintes documentos: Folha de abertura SID e-protocolo (fl.02); expresso (fl.04); recurso (fl.04/10); of.nº416/2020-DELI (fl.11); expresso informando prazo contrarrazões (fl.05/07); recurso (fls.14/27); memorando nº 039/DELI/2020 (fl.28); nota técnica nº 007/2020(fl.29); Ata nº 33/DELI/2020(fl.31); memorando nº 062/DELI/2020 (fl.34) e despacho do Diretor-Presidente à DIJU (fl.35).

Aponta-se que consta uma folha sem numeração entre as fls.10/11.

É o relatório.

De início, aponta-se que inabilitação da recorrente decorre do julgamento da Comissão de Licitação, tendo por fundamento a falta de



apresentação da documentação exigida no Edital, conforme Anexo II, conforme ateste do Departamento de Contabilidade.

São as razões da recorrente, em síntese, conforme Ata nº 033/DELI/2020:

- a) Que a competitividade do certame foi profundamente descumprida, tendo em vista as restrições à habilitação da Recorrente em descumprimento direto de disposição legal;
- b) Que é absolutamente indevida a exigência dos documentos e demonstrações citados na decisão que inabilitou a Recorrente;
- c) Que a Recorrente agiu acertadamente ao não apresentar a relação de compromissos e demonstração de índice a ela relacionado;
- d) Que a Comissão poderia se valer de diligências para aferir índices, uma vez que os mesmos podem ser apurados mediante simples cálculo;
- e) Que o RILC da COHAPAR só admite a exigência de "relação de compromissos assumidos" nas "contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra", que não é o caso desta licitação;

Pois bem, em se tratando de regras constantes no instrumento convocatório, é certo que deve haver vinculação a elas. A Lei nº 13.303/2016¹, que regulamenta a licitação em apreço, estabelece:

Art. 31. As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo (grifo).

Igualmente, o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COHAPAR, expressamente menciona a vinculação ao instrumento convocatório².

¹ Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

² Art. 2º As licitações realizadas e os contratos celebrados pela COHAPAR destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar, dentre outros pertinentes, os princípios da legalidade, impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, da sustentabilidade, da vinculação ao instrumento convocatório, da competitividade e do julgamento objetivo (grifo).

Especificadamente, no tocante a Qualificação Econômico-Financeira, o Regulamento de Licitações e Contratos –RILC elenca:

Da Qualificação Econômico-Financeira

Art. 91 A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á:

I - apresentação de balanço patrimonial do último exercício social já exigível na forma da lei, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

II - apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede do Licitante.

§ 1º A comprovação da boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, por meio de cálculo de índices contábeis previstos no instrumento convocatório e devidamente justificados, vedada a exigência de índices e valores não usuais.

§ 2º A exigência constante no parágrafo anterior limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do Licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir, vedada a fixação de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 3º Nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá ser exigida no instrumento convocatório de instrumento convocatório de cada processo licitatório, comprovação de patrimônio líquido mínimo, desde que não exceda a 20% (vinte por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da abertura da licitação, na forma da lei.

Art. 92 Nas contratações de prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, o instrumento convocatório poderá exigir dos Licitantes os seguintes requisitos para demonstração da qualificação econômico-financeira:

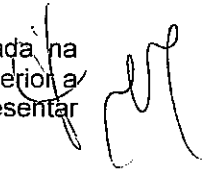
I – comprovação de Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

II – demonstração de Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, duas vezes o valor estimado mensal da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; III – comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios;

IV – declaração do Licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que o somatório do valor mensal de todos os contratos que possui vigentes com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada na data prevista para a abertura da Licitação, não é superior ao seu patrimônio líquido, observados os seguintes requisitos:

a) a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

b) caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o Licitante deverá apresentar justificativas.





Art. 93 Justificadamente, a depender da especificidade do objeto a ser licitado, os requisitos de qualificação econômico-financeira previstos neste RILC poderão ser adaptados, suprimidos ou acrescidos de outros considerados importantes para a contratação (grifo).

Como é sabido, a exigência de qualificação econômica se justifica na necessidade da Administração garantir a execução integral do contrato pelo licitante e, por isso, **o caso em concreto deve ser levado em consideração quando da fixação dos requisitos a serem atendidos por meio da Edital.**

Ressalta-se que na lição de Marçal Justen Filho: *“A qualificação econômico-financeira não é, no campo das licitações, um conceito absoluto. É relativo ao vulto dos investimentos e despesas necessários à execução da prestação. A qualificação econômico-financeira somente poderá ser apurada em função da necessidades concretas, de cada caso(grifo).³*

No caso em tela, tendo em vista as razões recursais, previamente ao julgamento, a Comissão Especial de Licitação remeteu os autos à análise conclusiva do DECT – Departamento de Contabilidade da COHAPAR, que por meio da Nota Técnica nº 007/2020, aduz:

Embora o referido art. 92 do RILC trate dessa exigência para contratações de prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, a Minuta de Editais de Licitação – Modo de Disputa Fechado MDF – Obras de Engenharia, aprovada na Ata da 324ª Reunião do Conselho de Administração, nos termos do art. 3º, inciso I do RILC, prevê:

ANEXO II – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO

(...)

DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

(...)

D.5 Demonstração de que possui Disponibilidade Financeira Líquida, igual ou superior ao valor da proposta de preços apresentada após etapa de negociação, a qual mede a capacidade que a Licitante possui de contratar com a COHAPAR, obtida através da fórmula:

³ Comentários à Lei de Licitações e Contratos. São Paulo: Dialética, 2004, p.451

$$DFL = (10 \times PL) - VA$$

Onde:

DFL = Disponibilidade Financeira Líquida;

PL = Patrimônio Líquido;

VA = Somatório dos saldos contratuais das obras e serviços em andamento ou a iniciar junto aos órgãos da administração pública, podendo a qualquer momento a Comissão solicitar comprovação através de Balancete Analítico devidamente legalizado.

Do que se conclui que não há o que se falar sobre ausência de previsão legal para a exigência do documento no Edital do processo licitatório MDF 39/2018.

...

Além disso, a falta do documento impossibilita esta Companhia até mesmo de calcular a Disponibilidade Financeira Líquida, já que o VA⁴ da fórmula de cálculo da DFL, necessita da Relação Contratual para sua comprovação, nos termos do Anexo II, item 03, alínea "e"

OBS: Para atendimento dessa exigência, caberá à empresa apresentar dentro do envelope de habilitação (envelope 02) relação dos contratos das obras e serviços em andamento ou a iniciar junto aos órgãos da Administração Pública, indicando os respectivos saldos contratuais. (grifamos)

Dessa forma, reiteramos que, ao não apresentar a "Relação de Contratos das Obras e Serviços em andamento ou a iniciar junto aos órgãos da Administração Pública, indicando os respectivos saldos", tampouco apresentar o valor da sua Disponibilidade Financeira Líquida – DFL, a empresa H3 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA não atendeu todos os requisitos para a qualificação econômico-financeira, mantendo assim, a decisão de INABILITAÇÃO da empresa pelo não atendimento aos termos do Edital.

Observa-se que, conforme atestado pela área técnica, a recorrente ao não apresentar a documentação conforme disposição expressa, não atendeu satisfatoriamente às determinações consubstanciadas no edital, notadamente às que disciplinam as exigências para a comprovação da sua qualificação econômica e financeira.

Registra-se que, por meio da Ata nº 033/DELI/2020, a Comissão de Licitação esclarece que a recorrente decaiu do direito de se insurgir contra os termos do edital, pois eventuais discordâncias poderiam registradas por meio de impugnação. O que não ocorreu.

⁴ VA= Somatório dos saldos contratuais das obras e serviços em andamento ou a iniciar junto aos órgãos da administração pública, podendo a qualquer momento a Comissão solicitar comprovação através de Balancete Analítico devidamente legalizado.



Ademais, esclarece a Comissão, quanto à alegação do recorrente ao dever de promover diligências:

Ainda, a alegada possibilidade da Comissão se valer de **diligências** para verificar a Disponibilidade Financeira da Recorrente absolutamente não se aplica no presente caso. Explica-se:

Ainda que a disponibilidade financeira da empresa seja feita mediante simples cálculo, **não há como se proceder aos mesmos sem a relação dos contratos das obras e serviços em andamento ou a iniciar, cujo documento deveria ter sido inserido no envelope 02** por força do disposto no item 4, alínea "e" e respectiva observação, do Anexo II, abaixo reproduzidos:

...
Eventuais diligências realizadas no curso do certame se prestam a sanear o processo, mas, jamais, **para juntar extemporaneamente documento que originariamente deveria ter sido apresentado pela licitante na data de abertura da licitação, dentro dos seus envelopes.**

Logo, a diligência invocada pela Recorrente, nesta fase do processo, tem por objetivo exclusivo incluir documento que deixou de apresentar na abertura da licitação, não se configurando absolutamente como medida de saneamento. A propósito, confira-se o teor do item 2.5 do edital:

2.5. Caso haja necessidade, a Comissão de Licitação, conforme faculta o RILC, poderá, em qualquer fase da licitação, promover as diligências que entender necessárias, adotando medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, **corrigir impropriedades meramente formais na proposta, documentação de habilitação ou complementar a instrução do e/ou sanar erros e/ou falhas que não alterem a substância das propostas, documentos de habilitação e sua validade jurídica** (grifo).

Dessa feita, em se tratando de regras constantes no instrumento convocatório, conforme ateste da DVCT, é certo que deve haver vinculação a elas não havendo amparo nas razões apresentadas para habilitação da recorrente.

Neste sentido, a Comissão Especial de Licitação julgou improcedente o pedido, mantendo a inabilitação da empresa H3 **EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-ME.**

Diante do exposto, tendo em vista as manifestações exaradas pela Comissão Especial de Licitação e pela área técnica DECT, assim como pelas disposições da legislação regente, **opina-se pela manutenção da decisão de inabilitação.**

Salienta-se, por fim, que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Esta Superintendência efetua a análise sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade do negócio, bem como dos demais aspectos administrativos, comerciais, econômico-financeiros e técnico-operacionais. Os documentos que instruem os presentes autos são de responsabilidade exclusiva das áreas requisitante/gestora do processo.

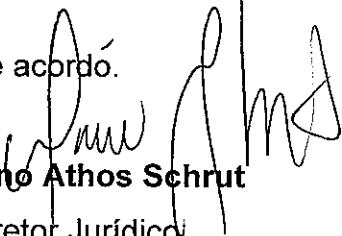
É o parecer, salvo melhor juízo.

Curitiba, 12 de março de 2020.



Poliana de Souza Cardoso
Advogada I

De acordo.



Dino Athos Schrut
Diretor Jurídico

